



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA

GREGORY FERREIRA NEVES

**A LIBERDADE TRANSCENDENTAL NA TERCEIRA ANTINOMIA DA CRÍTICA DA
RAZÃO PURA DE KANT**

SÃO LUÍS
2024

GREGORY FERREIRA NEVES

**A LIBERDADE TRANSCENDENTAL NA TERCEIRA ANTINOMIA DA CRÍTICA DA
RAZÃO PURA DE KANT**

Monografia apresentada ao Curso de
Licenciatura Filosofia da Universidade Federal
do Maranhão, em cumprimento às exigências
para a conclusão do curso.

Orientação: Profa. Dra. Zilmara de Jesus
Viana de Carvalho.

SÃO LUÍS

2024

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Ferreira, Gregory.

A liberdade transcendental na terceira antinomia da
Crítica da razão Pura de Kant / Gregory Ferreira. - 2024.
47 f.

Orientador(a): Profa. Dra. Zilmara de Jesus Viana de
Carvalho.

Monografia (Graduação) - Curso de Filosofia,
Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024.

1. Liberdade Transcendental. 2. Dialética da Razão Pura.
3. Antinomia. 4. Kant. 5. . I. Carvalho, Zilmara de Jesus
Viana de. II. Título.

GREGORY FERREIRA NEVES

**A LIBERDADE TRANSCENDENTAL NA TERCEIRA ANTINOMIA DA CRÍTICA
RAZÃO PURA DE KANT**

Monografia apresentada ao Curso de
Licenciatura Filosofia da Universidade Federal
do Maranhão, em cumprimento às exigências
para a conclusão do curso.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Zilmara de Jesus Viana de Carvalho (Orientadora)
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Maria Olília Serra (Avaliador 2)
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Flávio Luiz de Castro Freitas (Avaliador 3)
Universidade Federal do Maranhão

Dedico às minhas avós, Eneida e Margarida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha família, que sempre me apoiou em todos meus projetos, e não podia ser diferente neste percurso na filosofia.

À toda minha família pelo afeto e apoio, vocês são as melhores pessoas da minha vida.

À minha orientadora Zilmara, por quem tenho profundo carinho e admiração, não só como professora, mas como pessoa, bem como, pelo convite a integrar o GEPI-KANT o que fez total diferença e deu sentido à minha estadia na Universidade.

Ao GEPI-KANT/UFMA por todos os ensinamentos e barreiras vencidas relativas ao conhecimento.

A todo o departamento do curso de filosofia, incluindo professores e técnicos, pelas orientações relativas às dúvidas apresentadas no decorrer do curso.

Aos prezados professores do curso de Filosofia, em especial a professora Maria Olília e o professor Helder Passos, pelo carinho e que contribuíram de forma brilhante para o meu desenvolvimento intelectual no decorrer destes anos.

Ao professor Márcio Kléos pela ajuda e incentivo, no começo da minha trajetória no curso, foi muito importante..

Ao corpo discente como um todo, pelo acolhimento e carinho.

Aos meus amigos, Tatiana Cleudmar, Carly Helena, Karoline Costa, Bianca Araújo e Lucas Gomes pelos momentos de afeto, conversas e pela inspiração. Senti-me muito acolhido nesta jornada.

À minha amiga Yanara Ribeiro, por sua bonita amizade.

E, a todas as pessoas que no decorrer do meu percurso acadêmico me incentivaram e acreditaram em sua conclusão.

MUITO OBRIGADO!

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo tratar da liberdade transcendental na terceira antinomia da *Crítica da razão pura* de Kant. A liberdade transcendental é um conceito fundamental na filosofia kantiana, visto que, através dela, pensa-se o mundo por lentes diferentes das usadas pelo mecanicismo, como também se modifica a perspectiva de uma metafísica dogmática para uma metafísica crítica. Para tanto, primeiramente, estabeleceremos, de forma breve, os limites do conhecimento postos pela Estética e a Analítica transcendental, e em seguida, trataremos da Dialética transcendental, mais especificamente da terceira antinomia da razão, onde Kant expõe a ideia de liberdade. As antinomias são a razão agindo de forma dialética entre teses e antíteses, sem poder comprovar sua veracidade ou falsidade. Na terceira antinomia, foco deste trabalho, a liberdade surge como uma espontaneidade absoluta com o interesse de iniciar uma série incondicionada na relação causal em acordo com a causalidade fenomênica. Como Kant delimitou o conhecimento apenas ao que pode ser concebido pelo entendimento, e a ideia de liberdade é algo fora dos limites de toda experiência possível, à primeira vista, tem-se a impossibilidade de seu acordo com as leis impostas pelo mundo dos sentidos. Kant analisa a liberdade de modo exaustivo para entender de onde ela se origina, e quais são suas possíveis possibilidades em acordo com o mundo das leis naturais, chegando à conclusão de que sua causalidade, enquanto ação, não prejudica as leis impostas pela determinação da natureza. A liberdade é, enquanto ação, totalmente espontânea e seu efeito no mundo das representações não fere em nada o andamento das leis empíricas. Desse modo, a liberdade pode servir de causa primeira incondicionada a uma série de efeitos no mundo dos sentidos, como nos propomos a demonstrar.

Palavras-chave: Liberdade transcendental. Dialética. Antinomia. Kant

ABSTRACT

This paper aims to address transcendental freedom in the third antinomy of Kant's Critique of Pure Reason. Transcendental freedom is a fundamental concept in Kantian philosophy, since it allows us to think about the world through different lenses than those used by mechanicism, and also changes the perspective from a dogmatic metaphysics to a critical metaphysics. To this end, we will first briefly establish the limits of knowledge set by Aesthetics and Transcendental Analytics, and then we will address Transcendental Dialectics, more specifically the third antinomy of reason, where Kant exposes the idea of freedom. Antinomies are reason acting dialectically between theses and antitheses, without being able to prove their truth or falsity. In the third antinomy, the focus of this paper, freedom emerges as an absolute spontaneity with the interest of initiating an unconditioned series in the causal relationship in accordance with phenomenal causality. Since Kant limited knowledge to what can be conceived by the understanding, and the idea of freedom is something outside the limits of all possible experience, at first glance, it seems impossible for it to agree with the laws imposed by the world of the senses. Kant analyzes freedom exhaustively to understand where it originates and what its possible possibilities are in agreement with the world of natural laws, reaching the conclusion that its causality, as an action, does not harm the laws imposed by the determination of nature. Freedom is, as an action, completely spontaneous and its effect on the world of representations does not in any way harm the progress of empirical laws. In this way, freedom can serve as the unconditional first cause of a series of effects in the world of the senses, as we propose to demonstrate.

Keywords: Transcendental freedom. Dialectics. Antinomy. Kant

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	DIALÉTICA TRANSCENDENTAL	15
2.1	A Razão em seus usos lógico e puro	16
3	ANTINOMIA DA RAZÃO PURA	23
3.1	Terceira antinomia da razão pura	25
4	LIBERDADE TRANSCENDENTAL	36
4.1	A origem da ideia transcendental da liberdade	38
4.2	Possível solução para a liberdade transcendental em acordo com o determinismo da natureza	40
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
	REFERÊNCIAS	46

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo realizar uma exposição sobre a liberdade transcendental apresentada por Immanuel Kant na *Terceira antinomia* da obra *Crítica da Razão Pura* (1781), mais especificamente no segundo livro da *Dialética transcendental*, no capítulo II, intitulado *A antinomia da razão pura*.

Em sua obra *Crítica da Razão Pura*, Kant (2001, p.49) tem por intuito investigar como são possíveis juízos sintéticos *a priori* – juízos nos quais o predicado não está contido no sujeito, uma vez que ocorre nestes a ligação ou síntese de representações distintas, porém de forma *a priori*, sendo garantida, assim, sua universalidade e necessidade –, e se são possíveis tais juízos na metafísica, o que implica avaliar a pretensão de cientificidade desta. A primeira parte da obra, intitulada *Doutrina transcendental dos elementos*, acha-se dividida em duas partes: a Estética transcendental e a Lógica Transcendental. Esta última está dividida em Analítica transcendental (analítica dos conceitos e dos princípios) e em Dialética transcendental.

Fundamentalmente na Estética transcendental e na Analítica transcendental, o filósofo prussiano apresentará as condições de possibilidade de conhecimento, baseando-se, para tanto, no que dispõe o sujeito do ponto de vista de sua estrutura formal, logo *a priori* (anterior à experiência), para conhecer objetos, em outras palavras, este faz uma espécie de inventário dos princípios para conhecermos algo de modo *a priori*, pois como Kant (2001, p. 36) adverte nosso conhecimento começa com a experiência (*a posteriori*), entretanto nem todo ele se origina dela, referindo-se, com isso, para além do que é matéria do conhecimento, ao que é forma (*a priori*), condição pressuposta como estrutura do sujeito transcendental, sem a qual não haveria como este sequer ser afetado por um objeto.

Assim, com vistas a esclarecer como ocorre a construção do conhecimento, na Estética transcendental afirma que o sujeito possui de modo *a priori* as intuições puras da sensibilidade, a saber, as formas puras de espaço e tempo, sendo este seu modo de representar imediatamente os objetos, isto é, como fenômenos, ou seja, como aquilo que lhe aparece e que nesse seu aparecer tem imediatamente seu múltiplo organizado em relações espaço-temporais. Assim, só o que for objeto de uma experiência possível e, nessa medida, algo que for passível de intuição sensível *a priori* pode ser conhecido, ou seja, o sujeito só pode conhecer, porque de um lado

está diante da matéria do fenômeno – na ausência desta não há processo de conhecimento –, e de outro porque possui as condições formais puras, que antecipam a possibilidade do objeto como fenômeno, a saber, as intuições formais ou representações sensíveis a priori de espaço e tempo.

A Analítica transcendental tem como protagonista o entendimento (*Verstand*), acerca desta diz Kant (2001, p. 97): [...] é a decomposição de todo o nosso conhecimento *a priori* nos elementos do conhecimento puro do entendimento”. O entendimento é caracterizado pela sua espontaneidade, em outras palavras, pelas suas ações, diferente da sensibilidade descrita como pura receptividade.

Tais ações, conforme Kant (2001, p. 110) podem ser percebidos quer se considerando o entendimento a partir da forma lógica dos juízos, ou seja, como unidade analítica, quer a partir das categorias, por conseguinte como unidade sintética – lembrando que na Analítica dos conceitos o filósofo apresentará tanto a tábua de juízos quanto a de categorias, utilizando aquela como fio condutor para esta.

[...] o mesmo entendimento, e isto através das mesmas ações pelas quais realizou em conceitos a forma lógica de um juízo mediante a unidade analítica, realiza também um conteúdo transcendental em suas representações mediante a unidade sintética do múltiplo na intuição em geral. (Kant, 2001, p. 110)

Foge ao nosso propósito fazer um exame detalhado da Analítica transcendental, portanto, das partes que a constituem (Analítica dos conceitos e Analítica dos princípios), cabe, no entanto esclarecer que o entendimento é a instância constitutiva de conhecimento, uma vez que, por meio das categorias, logo de modo totalmente *a priori*, ele determina as representações fenomênicas – por sua vez, fornecidas pelas formas puras da sensibilidade –, ligando-as, isto é, sintetizando-as, construindo, por meio desse ato, conceitos, leis, sendo estes universais e necessários.

Uma vez que o entendimento possui uma atividade construtiva, além de uma natureza material, pode-se falar em Kant de uma natureza formal, uma vez que o ato de determinar as representações sensíveis, categorizá-las, equivale a dar leis para a natureza, ou seja, construí-la de um ponto de vista formal, intelectual.

Nesse sentido, se só o fenômeno, logo o que é objeto de uma experiência possível, é passível de conhecimento, e de ao ser determinado, constituir as leis puras da ciência – Matemática e Física –, consequentemente, toda a tentativa de

conhecer o noumeno (a coisa em si), redundando em ilusões e sofismas; desse modo, o conhecimento acha-se circunscrito ao condicionado. Mas e o suprassensível, incondicionado, ou seja, os objetos da Metafísica, que por suas singularidades não são fenômenos?

A segunda divisão da Lógica Transcendental, a saber, a Dialética transcendental, tem como foco a razão (*Vernunft*). Kant (2001, p. 314) define o conceito puro de razão como “como o conceito do incondicionado, na medida em que contém um fundamento da síntese do condicionado.”, mediante essa definição não apenas fica claro que a razão é a esfera do incondicionado, como também que ela se relaciona com o entendimento, com o condicionado.

Ora, enquanto na Analítica o entendimento constroi conceitos, na Dialética a razão produz ideias, por ideia entende Kant (2001, p. 317) “um conceito necessário da razão ao qual não pode ser dado nos sentidos um objecto que lhe corresponda”. Pode até utilizar-se das mesmas categorias do entendimento, seu uso, no entanto, é meramente regulativo e não constitutivo de conhecimento, como é o caso do entendimento. São três as ideias ou conceitos puros da razão, como três são os tipos de raciocínios (categórico, hipotético e disjuntivo), Morujão (2001, p. XVII), assim as resume: “a unidade absoluta do sujeito pensante (a ideia de alma), a unidade absoluta da experiência externa (a ideia de mundo) e, finalmente, a unidade absoluta de todos os objectos do pensamento [...] (a ideia de Deus)”.

O uso das ideias transcendentais deve ser um uso imanente, portanto, um uso voltado para o campo das experiências possíveis, e um uso regulador que busca a unidade e a extensão do conhecimento, uma vez que tais ideias “prescrevem a tarefa de fazer progredir, tanto quanto possível, a unidade do entendimento até ao incondicionado” (Kant, 2001, p. 315). Todavia, envereda-se por um campo além dos limites possíveis do conhecimento estabelecidos na Analítica, sempre que se tenta fazer um uso constitutivo destas, decorrendo daí ilusões e sofismas, os quais Kant abordará nos paralogismos da razão (psicologia racional), nas antinomias da razão (cosmologia racional) e nas provas da existência de Deus (teologia racional)

Segundo Kant, as antinomias são contradições nas quais a razão se envolve quando tenta produzir conhecimento do que é suprassensível, ultrapassando os fenômenos, buscando atingir o absoluto. Nesse caso, a razão produz ideias de maneira necessária, e tais ideias (a Alma, o Mundo e Deus) têm suas raízes na

própria estrutura da razão. No presente trabalho nos deteremos apenas nas antinomias da razão, mais especificamente na terceira antinomia, antinomia que versa sobre a liberdade.

Segundo a teoria mecanicista, na ordem dos fenômenos, todo efeito tem necessariamente uma causa ou determinação natural; porém, é impossível se pensar em liberdade quando se considera o mundo unicamente pelo prisma da determinação natural, pois a liberdade é da ordem do incondicionado, da razão pura, a qual é uma esfera distinta do condicionado. Faz-se relevante o estudo desse tema para aclarar esse problema, que muitas vezes passa despercebido ao pesquisador desatento, considerando que Kant expõe a antinomia, porém com vistas a apresentar uma solução, solução esta, que tomando como pano de fundo o transcendentalismo, implicará na admissão da possibilidade da liberdade e com esta a abertura para o uso prático da razão pura (o moral), fruto, como diz Kant (2001, p. 24), de uma “metafísica depurada pela crítica [...]”.

2 DIALÉTICA TRANSCENDENTAL

Na segunda divisão da Lógica transcendental da obra *Crítica da Razão Pura*, intitulada Dialética transcendental, Kant (2001, p. 295) afirma ser “a dialética em geral uma lógica da aparência”, adverte que com isso não quer dizer que ela seja uma teoria da verossimilhança, posto que nesta ainda há verdade, embora em função de um conhecimento deficiente seja uma verdade insuficiente. Como interessa a Kant tratar da ilusão transcendental, embora deixe claro que no âmbito dos sentidos não há erro, porque ela não julga e, portanto, só nos juízos se pode encontrar a verdade, o erro e a ilusão, que, por sua vez, leva ao erro, adverte que não ser o momento de tratar da ilusão empírica, dirigindo-se, assim, ao ponto, a saber, à aparência transcendental, aparência esta que “influi sobre princípios cujo uso nunca se aplica à experiência [...], contra todas as advertências da crítica, nos arrasta totalmente para além do uso empírico das categorias, enganando-nos com a miragem de uma extensão do entendimento puro.” (Kant, 2001, p. 296).

Na Dialética Transcendental a razão só deve se ocupar com a totalidade da síntese das condições de um condicionado dado, sendo este, portanto, um uso imanente, o contrário disso seria um uso transcendente e é este uso que ocorre na aparência transcendental, visto que a razão transpõe as fronteiras da experiência, tentando expandir sua área de atuação, fundamentando-se somente por conceitos totalmente incondicionados. Ocorre que essa passagem a um terreno novo, o qual não conhece sua demarcação, assevera Kant (2001, p. 296) é uma ilusão calcada no abuso *transcendental* das categorias. Nada tem de transcendental e sim de transcendente.

Desse modo, a função principal da dialética transcendental é analisar/descobrir a aparência dos juízos transcendentais, a fim de evitar fundamentar algo na mera aparência da razão. Segundo Kant (2001, p. 297), trata-se de uma ilusão natural e inevitável, e assenta em princípios subjetivos tratados como objetivos, e exatamente por se tratar de uma ilusão natural ela nunca desaparecerá e nunca deixará de ser aparência.

Kant esclarece na Analítica, como vimos na Introdução deste trabalho, que o conhecimento humano – ou seja, aquilo que o ser humano pode conhecer – limita-se ao campo da experiência. Então, têm-se barreiras naturais para que o conhecimento seja adquirido, a saber: o conhecimento só é possível tendo o mundo sensível como

base; a sensibilidade deve estar acoplada às categorias intelectuais para haver conhecimento. Porém, ocorre uma tendência irrefreável da razão humana de ir além da sensibilidade e se aventurar além da experiência, causando, assim, o erro. A razão afirma coisas, objetos que são impossíveis de serem capturados, pois ultrapassam o limite da experiência possível. Então, a dialética é o estudo da razão para além dos limites do conhecimento possível. Desse modo, o objetivo da dialética é estudar os erros da razão pura, tal qual seu estudo crítico. Kant na primeira crítica, especificamente na lógica transcendental, definiu o entendimento como a faculdade das regras, e a razão como a faculdade dos princípios (Kant, 2001, p 299). Ora, se o entendimento é a faculdade das regras, logo ele é condicionado pela experiência, age e funciona segundo as leis da natureza. Já a faculdade da razão nunca se dirige imediatamente à experiência, nem a nenhum objeto. O entendimento tem por característica se relacionar com a experiência através das categorias de espaço e tempo, transformando-os em fenômenos, enquanto a razão trata com esses fenômenos através das categorias, para poder, com isso, chegar a uma unidade *a priori* mediante princípios. Segundo Kant (2001, p. 297), a razão é de espécie totalmente diferente da que pode ser realizada pelo entendimento.

2.1 A Razão em seus usos lógico e puro

Na Dialética transcendental, no capítulo intitulado *Da razão pura como sede da aparência transcendental*, Kant (2001, p. 298), especificamente no subtítulo chamado *Da Razão em Geral*, diz que todo o conhecimento começa pelos sentidos, passa ao entendimento e termina na razão. Nesta parte, ele esclarece o funcionamento da cognição humana: como de fato é seu funcionamento para poder adquirir conhecimento. A razão se assemelha ao entendimento (faculdade de inferir) no seu uso lógico ou formal; mas, no uso real, contém a origem de certos princípios e conceitos que não buscam em qualquer outro lugar, a não ser nela mesma (Kant, 2001, p. 298). Elucida-se, neste ponto, a distinção entre entendimento e razão: o entendimento é a faculdade de unificar os fenômenos segundo as regras; e a razão, a faculdade de unificar as regras do entendimento mediante princípios.

A razão tem necessidade de reduzir a multiplicidade dos conhecimentos do entendimento ao número mínimo de princípios e, assim, alcançar a unidade suprema deles, mesmo sem comprová-los como objetos da experiência.

No capítulo intitulado *Do uso lógico da razão*, Kant (2001, p. 301) faz a diferenciação entre as inferências do entendimento e da razão. Vejamos agora o empreendimento proposto por Kant.

De fato, em todo raciocínio há uma proposição que serve de princípio e outra de conclusão que é extraída na primeira, e, por último, a dedução, na qual a verdade da última está intrinsecamente ligada à verdade da primeira. Ora, se o juízo inferido já se encontra no primeiro, temos o que Kant chama de *consequentia immediata* ou inferência do entendimento. Importante notar que: se a conclusão já se encontra no sujeito, logo não precisa de uma terceira representação para poder inferir – a aferição é feita automaticamente.

De outro modo, se é necessário outro princípio para se operar a conclusão, a inferência é racional. Como exemplifica,

A proposição todos os homens são mortais já contém as proposições: alguns homens são mortais, alguns mortais são homens, nada do que é imortal é homem; e estas proposições são consequências imediatas da primeira. Em contrapartida, a proposição: todos os sábios são mortais, não se encontram no juízo em questão (porque o conceito de sábio não aparece aí) e só mediante um juízo intermediário para poder extrair dele (Kant, 2001, p. 301).

A proposição princípio é a regra pelo qual a faculdade de julgar vai impor um conhecimento à regra para só depois concluir *a priori* o conhecimento pelo predicado da regra. Então, a proposição primeira vai servir de base ou regra para poder se concluir algo. Se logo na proposição princípio estiver contida intrinsecamente uma conclusão, esta é uma inferência do entendimento, ou, se de outro modo, não for capaz de se extrair uma conclusão da proposição princípio e precisa-se de outra representação para se chegar a uma conclusão da mesma, esta é uma inferência da razão.

Adiante, Kant (2001, p. 295) afirma que só existem três espécies de inferências da razão, que são: os raciocínios categóricos, hipotéticos e disjuntivos.

O que a razão faz é justamente averiguar se a conclusão das proposições já não se encontra no próprio entendimento diante a sua multiplicidade, se puder se extrair uma conclusão da condição dada, ou seja, da regra, esta valerá para todos os outros objetos do conhecimento... o que a razão faz, no raciocínio é reduzir a grande diversidade dos conhecimentos do entendimento ao número mínimo de princípios e assim alcançar a unidade suprema dos mesmos (Kant, 2001, p. 302).

A multiplicidade das regras e a unidade absoluta dos princípios são uma reivindicação da razão para levar o entendimento ao completo pacto consigo mesma. Isto acontece com o entendimento quando sujeita a conceitos a multiplicidade da intuição. A diferença entre tal princípio em relação ao entendimento é que, o entendimento absorve o diverso da intuição, submetendo-os a conceitos através de regras, e que um princípio não impõe nenhuma lei a nenhum objeto. Do mesmo modo que não possui nenhum fundamento que possibilite sua determinação, um princípio é, na verdade, uma lei interna (subjetiva) que reduz ao máximo a multiplicidade existente no nosso entendimento, empobrecendo o uso geral dos conceitos do entendimento ao mínimo possível, comparando-os, não sendo exigida dos objetos uma concordância favorável ao seu repouso enquanto realidade objetiva.

Neste ponto, o propósito de Kant foi apenas utilizar as mesmas formas com que o entendimento funciona e as manter, para poder, assim, utilizar a mesma forma lógica relacionada aos princípios. De fato, a razão pura contém princípios e regras *a priori*. Mas, em que consistem estes princípios?

O raciocínio nunca se dirige à intuição para se submeter a regras como faz o entendimento, mas sim a conceitos e juízos (Kant, 2001, p. 303). A razão não é a unidade de uma experiência possível (Kant, 2001, p. 303). A razão no seu uso lógico quer encontrar para o conhecimento condicionado do entendimento, o incondicionado pelo qual se completa a unidade absoluta. Nesta parte, Kant afirma que, diante disso, tal lógica só é admitida como princípio se, dado um objeto, é também dada toda a série das condições, a qual também é incondicionada. A série das condições é também incondicionada, pois não é possível se saber até o infinito o que foi que a condicionou; desse modo, admitimos a série como um todo sem recorrer à experiência, coisa que seria impossível, e, por isso, é incondicionada, pois não foi possível recorrer à experiência para comprovar sua autenticidade.

De fato, os conceitos extraídos da razão pura são conceitos extraídos por conclusão. Diferentemente dos conceitos da razão, os conceitos do entendimento constituem a forma lógica de toda a experiência, e sua aplicação deve sempre ser mostrada na natureza. A razão em seu uso lógico é a forma correta de funcionar, de analisar, inferir segundo regras para se obter conhecimento, já a razão em seu uso puro, vai além do conhecimento possível, pois sua origem é apenas na expansão do

entendimento, não tratando de objetos da experiência, mas só através de conceitos dos conceitos do entendimento, levando-os a mais alta unidade, o incondicionado.

Kant se propõe a analisar os princípios da razão pura, os quais são puramente transcendentais, pois extrapolam todo o campo da experiência possível, além de fazer sua distinção dos princípios do entendimento. Também se propôs a investigar se este princípio que se estende ao condicionado, na série das condições dos fenômenos, poderá ter valor objetivo, e quais suas consequências para a ordem do mundo da natureza, ou se somente este princípio se refere apenas a uma forma lógica da razão para dar ao entendimento a mais alta unidade da razão, a fim de ampliar o nosso conhecimento até onde somos capazes de raciocinar para se obter um conhecimento seguro. Estas são umas das questões que Kant se propõe a fazer na dialética.

Os conceitos da razão são conceitos extraídos por conclusão e servem para conceber, possuem o incondicionado; já os do entendimento, para entender as percepções. Quando o conceito possui realidade objetiva, é denominado de conceito exatamente concluído; por outro lado, se possui somente a aparência, é chamado de conceito sófístico (Kant, 2001, p. 308).

No capítulo intitulado *Das ideias em geral*, Kant designa os conceitos da razão pura como ideias transcendentais, fazendo alusão às ideias de Platão, como disse:

Platão observou muito bem que a nossa faculdade de conhecimento sente uma necessidade muito mais alta que o soletrar de simples fenômenos pela unidade sintética para os poder ler como experiência, e que a nossa razão se eleva naturalmente a conhecimentos demasiado altos para que qualquer objeto dado pela experiência lhes possa corresponder, mas que, não obstante, têm a sua realidade e não são simples quimeras (Kant, 2001, p. 309).

Porém, discordou de Platão no amplo significado que ele deu para o conceito de ideia:

Sem dúvida que estendeu também o seu conceito aos conhecimentos especulativos, desde que fossem dados puros e completamente *a priori*, e mesmo à matemática, embora esta não tivesse o seu objeto noutra parte que não fosse a experiência possível. Não posso segui-lo nisso, nem tampouco na dedução mística dessas ideias ou nos exageros pelos quais, de certa maneira, as hipostasiou; se bem que a linguagem elevada, de que se serve nesse campo, seja perfeitamente suscetível de uma interpretação mais moderada e adaptada à natureza das coisas (Kant, 2001, p. 309).

Acima, fora exposto como Kant explica o conceito de ideia. A partir deste ponto, é possível dizer qual sua origem no mecanismo da cognição humana. No capítulo intitulado *Das ideias transcendentais*, Kant diz de onde as ideias surgem. Segundo ele, na simples forma lógica do conhecimento é que surgem os conceitos puros *a priori* ou, agora, ideias transcendentais. Kant utiliza o mesmo processo da síntese empírica feita pelo entendimento e o aplica no âmbito da razão:

A forma dos juízos (convertida em conceito da síntese das intuições) produziu categorias, que dirigem todo o uso do entendimento na experiência. Do mesmo modo podemos esperar que a forma dos raciocínios, quando aplicada à unidade sintética das intuições contenha a origem de conceitos particulares *a priori*, a que podemos dar o nome de conceitos puros da razão ou ideias transcendentais e que determinam, segundo princípios, o uso do entendimento no conjunto total da experiência (Kant, 2001, p. 313).

A função da razão em suas inferências é sempre a universalidade do conhecimento mediante conceitos. Desse modo, o conceito de transcendental é referente ao conceito da totalidade das condições a um condicionado dado, um conceito puro da razão é sempre um conceito do incondicionado.

Segundo Kant, todos os conceitos puros em geral têm que ver com a unidade sintética das representações (Kant, 2001, p. 321). Diferente são os conceitos da razão pura ou ideias transcendentais que, como supracitado, referem-se à unidade sintética incondicionada de todas as condições em geral.

As ideias transcendentais podem ser reduzidas a três classes das quais a primeira contém a unidade absoluta do sujeito pensante e é objeto da psicologia, a segunda, a unidade absoluta da série das condições do fenômeno, objeto da cosmologia e a terceira, a unidade absoluta da condição de todos os objetos do pensamento em geral, objeto da teologia (Kant, 2001, p. 321)

Porém, essas possíveis ciências não competem ao entendimento. Esse esboço é um problema autêntico da razão que, mesmo seguindo o fio condutor das categorias, não podem nunca serem diretamente referidas a objetos, apenas a conceitos que o entendimento tem desse objeto. A razão, mesmo se prevalecendo das regras do entendimento em sua forma lógica, é totalmente diferente, pois o entendimento tem em vista a realidade objetiva, já os conceitos puros da razão – as ideias transcendentais – visam, somente, à totalidade da série das condições do condicionado dado, ou seja, referem-se exclusivamente ao campo do

incondicionado, não podendo se fazer uma dedução objetiva; portanto, não têm relação com qualquer objeto dado que lhes corresponda, pois se trata apenas de ideias. Deste modo, como diz Kant, as ideias transcendentais servem apenas para ascender na série das condições até o incondicionado, isto é, até os princípios (Kant, 2001, p. 323).

A razão de acordo com suas exigências produz um objeto de uma ideia transcendental do qual não possui qualquer conceito, pois não há nenhuma possibilidade de um conceito do entendimento de um objeto que possa ser comprovada sua realidade objetiva. De acordo com Kant (2001, p. 325), não podemos ter conhecimento de um objeto que corresponde a uma ideia, embora possamos ter um conceito problemático. Somos necessariamente levados através de um raciocínio a tais ideias.

A existência de raciocínios absolutamente incondicionados a que não possuímos qualquer conceito e, por pura aparência, somos levados a atribuir realidade objetiva a esses raciocínios, Kant os chama de sofismas, e são originados no que há de mais natural na razão.

São sofismas não dos homens, mas da própria natureza da razão. Dos quais nem o mais sábio dos homens se poderia libertar; talvez conseguisse após porfiado esforço evitar o erro, mas da aparência, que constantemente o persegue e engana, nunca se poderá libertar por completo (Kant, 2001, p. 325-326).

De acordo com Kant, só existem três tipos de raciocínios dialéticos tantos quanto as ideias a que conduzem as suas conclusões:

Nos raciocínios de primeira classe, do conceito transcendental do sujeito, que nada contém de diverso, infiro a unidade absoluta deste mesmo sujeito, do qual, desta maneira, não possuo qualquer conceito. A está inferência dialética chamarei de paralogismo transcendental. A segunda classe dos raciocínios sofisticos assenta no conceito transcendental da totalidade absoluta da série de condições de um fenômeno dado em geral; e do fato de, por um lado, ter sempre um conceito em si mesmo contraditório da unidade sintética incondicionada da série, conclui pela legitimidade da unidade, que de outro lado se lhe contrapõe e da qual, não obstante, também não possuo qualquer conceito. Ao estado da razão nestas inferências dialéticas darei o nome de antinomia da razão pura. Por fim, na terceira espécie de raciocínios sofisticos, da totalidade das condições necessárias para pensar objetos em geral, na medida em que me podem ser dados, conclui a unidade sintética absoluta de todas as condições da possibilidade das coisas em geral; isto é, de coisas que não conheço pelo seu simples conceito transcendental infiro um ser de todos os seres, que conheço ainda menos por conceito transcendental e de cuja necessidade

incondicionada não posso formar qualquer conceito. A este raciocínio dialético da razão darei o nome de ideal da razão pura (Kant, 2001, p. 326).

Foge ao propósito da nossa pesquisa tratar da Psicologia e da Teologia racional, por entendermos que a densidade das argumentações apresentadas por Kant exigiria um aprofundamento nessas duas partes que para ser bem realizado acabaria por nos desviar e distanciar do que traçamos como escopo, a saber, a possibilidade da liberdade transcendental, formulada em função da análise kantiana da terceira antinomia, dessa forma, posto acima os pressupostos, que consideramos suficientes para a contextualização acerca razão e das ilusões produzidas por ela, passemos ao capítulo concernente à antinomia, com vistas, mais especificamente, à terceira antinomia.

3 ANTINOMIA DA RAZÃO PURA

Toda a aparência transcendental da razão tem por característica uma forma de pensamento lógico que busca compreender e analisar as contradições e oposições presentes em determinado tema ou situação (raciocínios dialéticos). Essa abordagem é baseada na ideia de que a realidade é complexa e múltipla, e que suas contradições fazem parte dela e seu esquema é dado pela lógica nas três espécies do raciocínio em geral. Estes raciocínios são pensamentos que fogem às regras da lógica conduzindo o pensamento a conclusões falsas e são comumente chamados de raciocínios sofísticos.

A primeira espécie de raciocínios sofísticos é o da unidade incondicionada das condições subjetivas de todas as representações em geral, e estão relacionados ao conceito de alma que correspondem aos raciocínios categóricos.

A segunda espécie de raciocínios se faz pela relação de semelhança entre coisas ou fatos distintos; nesse caso, terá a unidade das condições objetivas dos fenômenos, e, para isso, se utilizará de raciocínios que permitem deduzir conclusões de premissas que são hipóteses na falta de fatos, e são chamados raciocínios hipotéticos.

A terceira espécie de raciocínios sofísticos se faz pela unidade incondicionada das condições objetivas da possibilidade dos objetos em geral e correspondem aos raciocínios disjuntivos.

Este tipo de agir da aparência transcendental leva, segundo Kant (2001, p. 380), a uma antitética¹ da razão, ou seja, a razão age de maneira contrária ao que deveria agir; mas, ninguém impôs isto a razão, pois é de sua natureza que haja uma espontaneidade inevitável, tornando-se, assim, uma empreitada perigosa, e acaba por escolher o dogmatismo ou ceticismo sem analisar o contrário das teses.

A primeira busca do incondicionado é o sujeito querer dar a ideia da unidade absoluta do sujeito pensante, ou seja, a ideia de alma. A segunda é a ideia de uma totalidade absoluta da série das condições do fenômeno, ou seja, a ideia de mundo. A terceira é a da determinação de todos os conceitos em relação a um conceito supremo que os engloba em sua totalidade, ou seja, a ideia de Deus. Desse modo,

¹ Antitética da razão pura: A antitética, em oposição a todo o conjunto de teorias dogmáticas (tética), não é de forma alguma uma afirmação dogmática do contrário, mas o conflito de conhecimentos dogmáticos em aparência, sem que se atribua a um, mais que o outro. A Antitética se preocupa em conhecimentos gerais da razão no conflito dos mesmos entre si e nas causas desse conflito (Kant, 2001, p. 388).

alma, mundo e Deus são as três ideias da razão pura e a aparência dialética ocorre pelo fato de tomá-las objetivamente como coisas em si, e não por ligações subjetivas dos conceitos.

Na segunda parte da Dialética transcendental, intitulada *Dos raciocínios dialéticos da razão*, Kant trata dessas ideias. O pensador prussiano diz que estes raciocínios resultantes da própria natureza da razão são sofismas. Os sofismas que conduzem a ideia de alma, e são chamados paralogismos da razão pura, e constituem a *Psicologia racional*. A ideia de mundo, objeto da *Cosmologia racional*, resulta em raciocínios contraditórios – são chamados de antinomias da razão pura. Por fim, a *Teologia racional* trata da ideia de Deus, que contém sofismas pelos quais pretende demonstrar a existência de um ser supremo.

Essas três ideias são exatamente o que a metafísica se propõe: a imortalidade, a liberdade e a existência de Deus. Este trabalho tem como objetivo decifrar o que seria a liberdade; desse modo, será dedicado neste ponto somente a parte da *Cosmologia racional*, onde está inserida a liberdade.

A cosmologia racional tenta determinar o mundo em sua totalidade e fundamenta-se no seguinte princípio, como esboça Kant: “[...] se se dá o condicionado, dá-se a soma total das condições e, por conseguinte, o incondicionado absoluto, que unicamente tornou possível o condicionado” (Kant, 2001, p. 381).

Denkens (2008, p. 77), ao analisar a tendência da razão ao incondicionado, salienta que ela tem efeitos curiosos no que tange, por exemplo, a seu interesse “pela síntese de todos os fenômenos, leva a razão a entrar em conflito consigo mesma, a não poder escolher entre a armadilha do ceticismo absoluto e a de um dogmatismo também absoluto”. Sendo assim, no tocante à cosmologia racional, conforme explica Denkens, a razão:

[...] toma os conceitos do entendimento utilizados em toda síntese e os leva para além das condições de possibilidade da experiência. Produz, assim, quatro ideias cosmológicas, correspondentes às quatro classes de categorias, por um procedimento de regressão do condicionado à sua condição última, ela mesma incondicionada, [...] A cada vez, a razão irá se encontrar entre duas maneiras opostas de conceber o mundo e natureza; a cada vez, Kant terá que encontrar uma solução para essa oposição (Denkens, 2012, p. 77).

Essa forma de proceder da razão a conduzirá a uma antitética, uma vez que formulará teses que parecem incompatíveis. Kant apresentará os quatro conflitos da razão, para os quais proporá soluções, dentre esses, interessa-nos explorar o terceiro conflito ou antinomia da razão, que versa sobre natureza e liberdade.

3.1 Terceira antinomia da razão pura

Assim, a tese da terceira antinomia aponta a possibilidade de uma causalidade livre. De acordo com o filósofo: “A causalidade segundo as leis da natureza não é a única de onde podem ser derivados os fenômenos do mundo no seu conjunto. Há ainda uma causalidade pela liberdade que é necessário admitir para os explicar” (Kant, 2001, B 472). Nesta parte, Kant tenta provar como a causalidade pela liberdade seria possível.

O argumento em favor da tese começa supondo que só existe uma causalidade e que seria segundo as leis da natureza. Se for assim, tudo que acontece pressupõe uma causa anterior, logo não haveria um primeiro começo, mas sim um começo subalterno que resultaria em uma não integralidade da série, pois a regressão da síntese empírica é impossível de ser comprovada. Se assim acontecer, temos uma contradição, pois a lei natural diz que tudo que acontece tem uma causa *a priori*. Desse modo, teríamos que admitir uma causalidade pela qual algo acontece sem que sua causa seja determinada por uma causa anterior, ou seja, uma espontaneidade absoluta das causas que é capaz de dar início, por si mesma, a uma série de acontecimentos no mundo fenomênico.

Na parte chamada de *A prova da tese*, Kant (2001, p. 406) tenta provar a sua validação. Toda lei da natureza consiste em nada acontecer sem uma causa suficiente determinada *a priori*; pois, se o estado anterior sempre tivesse sido no tempo, a sua consequência também teria sido sempre. Ele insiste: “Se a causalidade da causa é, em si, qualquer coisa acontecida e, pressupõe, segundo a lei da natureza” (Kant, 2001, p. 406). Resumidamente, o autor diz que: se tudo acontece pelas leis da natureza, haverá sempre um começo subalterno, nunca um primeiro começo. Ora, se tudo acontece de acordo com as leis da natureza, é contraditória a questão da causa, pois nunca haverá um primeiro começo, pois na natureza nada acontece sem um primeiro começo.

É importante esclarecer a questão levantada no que diz respeito à integridade da série em sentido regressivo, ou seja, para o lado do incondicionado. Kant analisa a questão das leis naturais que se baseiam em um primeiro começo, algo que deu origem a tudo no mundo da experiência e a consequência é uma série de eventos a posterior deste (primeiro motor). Quando acontece um evento qualquer, já se pressupõe a série dos acontecimentos como dada *a priori*.

Portanto, a espontaneidade absoluta das causas – “liberdade” – deve ser admitida. Ela é capaz de dar início, por si mesma, a uma série de fenômenos. É importante notar que a liberdade não é determinada por nenhum fenômeno anterior; desse modo, a liberdade transcendental não tem por objetivo a completude das séries dos fenômenos e, por isso, é uma espontaneidade absoluta, ou seja, incondicionada.

Kant afirma que o conceito de ideia transcendental da liberdade é, em parte, empírico, pois é o fundamento autêntico da imputabilidade da ação, por outro lado, é algo escandaloso para a filosofia não poder admitir uma causalidade incondicionada. Diante disso, a liberdade da vontade é propriamente transcendental, incondicionada e, sua principal característica seria iniciar uma série de estados sucessivos. Aponta para a filosofia não tentar encontrar provas, pois, na causalidade mecânica, somos obrigados a reconhecer *a priori* uma causalidade, embora não seja possível uma comprovação. Temos que nos ater somente pela experiência. O que há no mecanicismo é uma comprovação insuficiente do que seria a liberdade. A liberdade aconteceria somente na origem do mundo – “primeiro motor”. Culpa por isso, os filósofos da antiguidade, tirando os epicuristas.

Logo após, na observação sobre a terceira antinomia, Kant (2001, p. 408) diz que a ideia transcendental da liberdade é o conceito da absoluta espontaneidade da ação como fundamento autêntico da imputabilidade desta ação (Kant, 2001, p. 409). Ou seja, é apenas uma forma de condicionar uma determinada ação sem estar ela mesma condicionada, está totalmente fora da coação do mundo fenomênico, portanto é uma espontaneidade absoluta.

Por enquanto não há necessidade em encontrar resposta para tal empreendimento, pois a própria lei da natureza nos faz legitimar *a priori* uma causalidade desse tipo se baseando somente na experiência (Kant, 2001, p. 406). Ora, se é impossível a compreensão de mundo na totalidade da série em acordo com as leis da natureza e de uma origem de mundo como a causa da sucessão dos

fenômenos, fica clara a necessidade de uma série de fenômenos decorrente de uma espontaneidade (liberdade).

Exemplo: “Quando alguém se levanta de uma cadeira, completamente livre e sem determinantes causas naturais, inicia-se uma série embora quanto ao tempo seria apenas uma continuação de uma série precedente” (Kant, 2001, p. 410). Neste ponto, o acontecimento sucede a ações naturais, mas não deriva da natureza, portanto a liberdade relacionada a causalidade pode iniciar uma série de fenômenos no mundo sem romper nenhuma lei mecânica. Nesse caso, a liberdade é concebível na simples natureza e não no tempo, por isso sua possibilidade pode ser afirmada, porém o filósofo acha, pelo menos por agora, imatura esta possibilidade.

Já a antítese diz: “Não há liberdade, mas tudo no mundo acontece unicamente em virtude das leis da natureza.” (Kant, 2001, p. 407).

Kant começa supondo uma liberdade transcendental e tem por característica começar espontaneamente uma série de efeitos no mundo e que nada haveria anteriormente a essa espontaneidade. Se desse modo fosse, a liberdade seria contrária à lei da causalidade e não seria possível uma unidade da experiência, mas um vazio ser da razão (Kant, 2001, p. 406), pois somente na natureza é possível acontecimentos no mundo. Continua expondo que a liberdade é, de fato, uma libertação da coação, mas é também uma libertação do fio condutor de todas as regras, pois foge às mesmas, causando assim um repouso do entendimento afetado pela natureza que busca a todo momento uma unidade da experiência universal conforme a lei. A liberdade não pode de forma alguma tomar o lugar no mundo das leis da natureza, pois, se assim fosse, não seria liberdade, mas sim, somente, natureza (Kant, 2001, p. 408). Existe uma distinção entre a natureza e a liberdade transcendental, em que a primeira é submissa às leis e a outra como ausência da mesma.

Portanto, a liberdade que conduz a uma causalidade incondicionada é cega e quebra o fio condutor das regras da experiência. Elucida-se, com isso, que Kant a todo tempo segue as conclusões feitas na analítica no que diz respeito aos limites do conhecimento, e, ultrapassar esse limite, colocaria toda sua fundamentação em risco. Dessa forma, admitir uma causalidade espontânea é um tanto perigosa para sua teoria.

Na observação sobre a antítese (Kant, 2001, p. 409), Kant trata o defensor da doutrina da natureza – fisiocrata transcendental (Kant, 2001, p. 409), que poderia

constatar a liberdade segundo uma proposição: “Se não admitis no mundo nada matematicamente primeiro quanto ao tempo, não tereis também necessidade de provar qualquer coisa de dinamicamente primeiro quanto a causalidade” (Kant, 2001, p. 409).

Essa proposição remete à importância da matemática como fundamentação científica. Caso contrário, admitir algo primeiro capaz de iniciar, por si só, uma série de acontecimentos, iria impor limites à natureza ilimitada. Então, os defensores da doutrina natural estão certos de que é impossível mudar as forças fundamentais da natureza por um simples delírio da imaginação. Pois, se até por experiência é difícil provar sua autenticidade, quanto mais poder prová-la *a priori*. Admitir a liberdade deixaria as leis da natureza irregulares e confusas, sem comprovar sua autenticidade, pois seria necessário abrir mão de forças fundamentais. Se assim como a tese, supõe-se que exista uma espontaneidade absoluta, ou seja, a liberdade, que seria capaz de iniciar uma série de eventos no mundo fenomênico sem que nada houvesse anteriormente que a determinasse. Mas, o efeito não se realiza no mundo dos fenômenos; para isso, deveria se ter uma causa também no mundo fenomênico. Desta forma, não existiria a liberdade, visto que não têm relação às leis da natureza.

Têm-se, neste ponto, duas concepções conflitantes no mundo: uma sustenta que existe uma causalidade livre, e a outra, que tudo é estritamente determinado. A primeira é da razão: exige que ao menos o homem seja livre, visto ter responsabilidade pelos seus atos. A segunda é do entendimento: na natureza, toda causa é efeito.

Kant afirma que, tanto a tese quanto a antítese podem estar, tanto corretas, como erradas; porém, na questão da tese fica impossível a sua verificabilidade, pois, como visto, a liberdade transcendental é uma ideia da razão pura, ou seja, incondicionada. Desse modo, não se pode dizer nada a respeito da liberdade, pois ela não é fruto do mundo fenomênico. Elucida-se que estamos em dois planos diferentes: o das coisas em si (domínio da liberdade) e o dos fenômenos (domínio da natureza), onde tudo se encadeia segundo o mais rigoroso determinismo.

Portanto, ocorre uma contradição entre natureza e liberdade, se consentimos a aparência dialética da cosmologia racional, considerando as ideias da razão como coisas em si. Desse modo, a liberdade transcendental é uma mera ilusão que não

pode ser verificável, justamente porque não é intuída pelos órgãos dos sentidos, visto que, segundo Kant, é a única forma de conhecer o mundo.

Como visto, as ideias cosmológicas não permitem a comprovação de um objeto na natureza; nem que a razão às pense em concordância às leis da experiência. Mas, é certo dizer que elas se originam na razão, pois ela é conduzida a obter o progresso contínuo da síntese empírica.

De certo, alguns têm interesse por algum lado do conflito, mesmo sendo impossível sua comprovação. Kant chama o lado da tese de dogmatismo e tenta provar o porquê alguns escolhem a tese para se apoiar.

Em primeiro lugar, há certo interesse inático a que todo ser humano tem um começo nas ações, ou seja, livre e superior à natureza; que o mundo deriva de um ser originário e tudo isso se encaixa nas pedras angulares da moral e da religião. Em segundo lugar, há a manifestação de um interesse especulativo da razão. Em terceiro, ocorre certa vantagem da popularidade, pois o senso comum apoia-se em algo incondicionado para sustentar o encadeamento natural das condições.

Do lado do empirismo ou da antítese não há interesse prático resultando de princípios puros da razão, como acontece com a moral e a religião. Em contrapartida, o empirismo oferece vantagens.

Porém, o empirista nunca aceitará a troca que se possa analisar o que acontece no âmbito da natureza e pode ser analisada pela matemática para aquilo que nunca poderá se concretizar de fato; o empirista acredita e se apoia na coisa concreta e não na simples intuição e imaginação de algo que não poderá nunca ser comprovada sua origem.

De fato, Kant aceita o modelo mecanicista do mundo, pois sabe que o conhecimento se origina da experiência, mas também deixa em aberto uma possibilidade de futuras comprovações, princípios incondicionados capazes de coexistir sem afetar as leis já conhecidas e comprovadas.

A razão humana é, por natureza, arquitetônica, isto é, considera todos os conhecimentos como pertencentes a um sistema possível e, por conseguinte, só admite princípios que, pelo menos, não impeçam qualquer conhecimento dado de coexistir com outros no sistema (Kant, 2001, p. 426).

A razão, segundo Kant, é incansável, insaciável, não para. A todo o momento, fica arquitetando especulações para poder chegar à totalidade da síntese da

experiência possível e, por isso quer, a todo o momento, encontrar um princípio incondicionado para dar fundamento aos objetos da experiência.

Kant diz que o interesse da razão arquitetônica é sempre pela tese e, seu principal motivo está relacionado a um não primeiro começo e, como a antítese, tudo é sempre condicionado sem que se reconheça qualquer existência incondicionada primeira.

Entretanto, Kant (2001, p. 432) afirma que a solução dogmática das ideias transcendentais, ou seja, a tese, não é, pois, incerta, mas impossível. Já a solução crítica (antítese) pode ser totalmente certa, mas não considera o problema objetivamente, e sim de acordo com o fundamento que o alicerça.

Na crítica da razão pura, na seção intitulada *Dos problemas transcendentais da razão pura na medida em que devem absolutamente poder ser resolvidos* (Kant, 2001, p. 428), Kant trata da possibilidade de resolver não todas as interrogações, pois segundo ele, seria de uma presunção extravagante. Nesse trecho da obra, Kant diz que algumas interrogações da natureza dos objetos também não poderão ser resolvidas e que, é na própria natureza que se encontram tais respostas, não em outro lugar. O filósofo prussiano faz o mesmo com a filosofia transcendental. Ele diz que a mesma “tem a particularidade de nenhuma questão respeitante a um objeto dado à razão pura ser insolúvel para essa mesma razão, mas que, nem isso pode nos desligar-nos da obrigação de lhe darmos plena e cabal resposta” (Kant, 2001, p. 428). Esse mesmo conceito que nos coloca em dúvida, também tem a capacidade de responder essa questão.

Neste problema, a interrogação está relacionada em como o objeto transcendental tem que ser dado empiricamente, ou seja, refere-se apenas a sua conformidade com uma ideia. Kant diz que as ideias cosmológicas têm por particularidade poderem supor o seu objeto e a síntese empírica que exige o conceito desse objeto. Porém, daí surge um problema: na evolução dessa síntese deverá conter a totalidade absoluta, já que não pode ser dada em experiência nenhuma. Desse modo, essa questão deverá ser solucionada apenas na ideia e nunca fora dela, pois esta é uma simples criação da razão.

No capítulo intitulado *Representação cética das questões cosmológicas levantadas pelas quatro ideias transcendentais* (Kant, 2001, p. 437), Kant traz o olhar cético para a análise da questão, pois analisar outro ponto de vista tem a vantagem de sair de representações infundadas pelo modo dogmático.

Em primeiro lugar, o mundo não tem começo, sendo assim, é demasiado grande para vosso conceito. Se o mundo for ilimitado ou infinito, bem como, finito e limitado, é impossível saber ou fazer a síntese empírica dos acontecimentos (Kant, 2001, p. 435).

Em segundo lugar, se toda matéria é constituída por um número infinito de partes, a regressão é sempre demasiado grande para vosso conceito; e se a divisão deve terminar em qualquer parte, a regressão é muito pequena para o incondicionado (Kant, 2001, p.435).

Em terceiro lugar, se admitir que a única causalidade existente é a da natureza, a síntese empírica se torna grande demais para se ter certeza absoluta da derivação das séries. Pelo contrário, se admitir uma causalidade espontaneamente livre, a série da síntese empírica se torna muito pequena para o entendimento na regressão empírica necessária (Kant, 2001).

O método cético não é melhor que o dogmático e nem dá respostas sobre o impasse antinômico, mas dá luz para entender que as antinomias relativas a objetos da experiência não são coisas em si, até porque, se não fosse a nossa cognição que os captura através de simples representações, nada seriam, pois os objetos só o são, devido a capacidade cognitiva do ser humano.

Mas, segundo Kant (2001, p. 436), somos levados a suspeitar da fundamentação das ideias cosmológicas em como o objeto dessas ideias nos é dado: como um conceito vazio e imaginário.

Neste ponto, Kant começa a solucionar o problema da dialética cosmológica através do conceito de idealismo transcendental que ele define da seguinte forma: “[...] são meras representações que, tal como as representamos enquanto seres extensos ou séries de mudanças, não têm fora dos nossos pensamentos existência fundamentada em si [...]” (Kant, 2001, p. 437). O pensador prussiano esclarece que a série causal dos acontecimentos no mundo está no domínio da ideia diferente de como pensa o realista em sentido transcendental que faz da nossa sensibilidade relacionada a série de uma experiência possível objetiva, transformando-as de simples representações em coisas em si.

Na parte intitulada *Solução das ideias cosmológicas que dizem respeito à totalidade da derivação dos acontecimentos do mundo a partir de suas causas*, Kant (2001) esclarece que só são possíveis dois tipos de causalidade em relação ao que acontece: a causalidade segundo a natureza ou a causalidade pela liberdade (Kant,

2001, p. 462). A causalidade da natureza repousa em condições de tempo e tem estado precedente, em que se segue ao outro segundo uma regra e está relacionada ao mundo sensível. Já a causalidade pela liberdade, Kant diz que:

[...] é a faculdade que tem por característica iniciar por si um estado cuja causalidade não está subordinada a lei natural, ou seja, a liberdade é uma ideia transcendental pura, pois nada contém extraído da experiência e não pode ser comprovada no mundo da natureza (Kant, 2001, p. 463).

E continua:

[...] de fato, não se pode obter a totalidade absoluta das condições na relação causal, por isso, a razão cria a ideia de uma espontaneidade absoluta que poderia começar a agir por si mesma, sem que uma outra causa existisse anteriormente para determinar a agir segundo a lei do encadeamento causal (Kant, 2001, p. 463).

Como diz Kant (2001, p. 463), a ideia transcendental da liberdade se fundamenta no sentido prático da mesma, sendo isso que torna o problema insolúvel. Ora, como não se tem como provar com exatidão o que é a liberdade e, de acordo com as leis do conhecimento, a liberdade acontece somente no sentido prático da mesma, mas, mesmo assim, sem poder analisar sua comprovação. Kant diz que a liberdade no sentido prático é a independência do arbítrio frente à coação dos impulsos da sensibilidade.

Nota-se a diferença do ser humano para com outros animais. Pois, diferente dos outros seres, o ser humano possui o *arbitrium sensitivium*, ou seja, é afetado pelo mundo sensível, porém, pode decidir, através da razão humana, se segue ou não a coação da natureza. Fazendo isso, o arbítrio humano é *liberium*, pois a sensibilidade não torna necessária a ação. Destaca-se, neste ponto, que o ser humano pode tanto se deixar afetar pela natureza, quanto agir por si próprio independente da coação. Deste modo, se só existisse a causalidade segundo a natureza, tirando de cena a liberdade transcendental, seria impossível assegurar a liberdade prática, pois a liberdade no mundo mecânico da natureza só é admitida na origem do mundo – primeiro motor.

No capítulo da *Crítica da Razão Pura* intitulado *Possibilidade da causalidade pela liberdade, em acordo com a lei universal da natureza*, Kant (2001) começa afirmando que algo é inteligível num objeto dos sentidos quando aquilo não é propriamente fenômeno. Os fenômenos são tanto inteligíveis, pois pode ser que

esse inteligível é a possível causa do fenômeno. Deste modo, enquanto a sua causalidade, o fenômeno é: inteligível quanto a sua ação considerada como coisa em si; e como sensível pelos seus efeitos enquanto fenômeno no mundo sensível (Kant, 2001, p. 466). Deste modo, os fenômenos possuem tanto um conceito empírico quanto intelectual da causalidade e têm lugar num só e mesmo efeito. Essa dupla maneira de formar a faculdade do objeto não é contrária às regras da lei da natureza no que diz respeito a uma experiência possível.

Ora, se tudo que acontece no mundo tem sua causa, e Kant esclarece isso na analítica, logo tudo que existe no mundo da natureza só é possível devido ao fato de o ser humano possuir ferramentas em sua cognição para fazer percepções no mundo. Diante disto, tudo que é percebido tem seu início no intelecto e, por isso, serve de fundamento para seu conceito empírico que, por conseguinte, tem lugar num só e mesmo efeito no tocante a causalidade. Kant diz, ainda, que essa dupla maneira de pensar a faculdade dos objetos dos sentidos não é contraditória em nenhum conceito relacionado ao fenômeno e de uma experiência possível. Para comprovar essa dupla maneira, Kant diz que o sujeito no mundo dos sentidos:

[...] em primeiro lugar, possui um caráter empírico que seria o encadeamento com outros fenômenos segundo leis naturais totalmente ligados e formando uma série única de ordem natural. Em segundo, o caráter inteligível, pelo qual, embora seja a causa dos seus atos como fenômenos, não se encontra subordinado a quaisquer condições de sensibilidade (Kant, 2001, B 567).

Como o tempo é só condição do fenômeno, o sujeito agente em seu caráter inteligível não estaria submetido a ele (tempo) e, para esclarecer, as representações dos fenômenos no tempo não são consideradas como coisas em si. De acordo com Kant (2001, p. 467), a causalidade, na medida em que é intelectual, não se incluiria na série das condições empíricas que tornam necessários os acontecimentos no mundo sensível. Ora, como todo fenômeno dado se intui automaticamente a série das condições de possibilidade e, sendo essa série algo não objetivo, ou seja, real, a sua causalidade só existe enquanto ideia incondicionada, sem ser possível sua comprovação ou conhecimento no mundo dos sentidos, pois só podemos perceber as coisas na medida em que aparecem, respeitando assim, o fio condutor da possibilidade do conhecimento.

Quanto ao seu caráter empírico, o sujeito está submetido às leis do determinismo do encadeamento causal e seus efeitos, como em qualquer outro fenômeno que decorre da natureza. Como foca Kant:

Assim como os fenômenos exteriores influem nele, assim como o seu caráter empírico, ou seja, a lei da causalidade, seria conhecida pela experiência, assim também todas as suas ações se deveriam poder explicar por leis naturais e todos os requisitos para a sua determinação completa e necessária se deveriam encontrar numa experiência possível (Kant, 2001, B 568).

O sujeito em seu caráter inteligível, onde só podemos ter o conceito geral do mesmo, estaria liberto de toda coação da sensibilidade, não se encontra nele, enquanto númeno, nenhuma ligação com fenômenos enquanto suas causas, já no que diz respeito a sua ação, esta seria independente e livre de qualquer determinação natural. Ocorreria, assim, uma espontaneidade de iniciar uma série causal totalmente livre e os seus efeitos, enquanto resultado de uma ação, estariam perfeitamente em sincronia às leis do mundo dos sentidos. Desse modo, como definiu Kant ao fim do capítulo, a liberdade e a natureza não estariam em conflito, estariam simultaneamente num só e mesmo ato (Kant, 2001, p. 468).

Kant (2001), no capítulo *Sobre o esclarecimento da ideia cosmológica de uma liberdade em união às leis da natureza* analisa o empreendimento que tornou possível a liberdade em concordância às leis naturais.

Ora, o ser humano está intrinsecamente inserido no mundo fenomênico, assim como todos os outros seres e objetos. É também, uma das causas da natureza cuja causalidade deve estar submetida a leis empíricas. Na natureza animal, não há nenhuma possibilidade de se admitir uma faculdade que não seja condicionada. Porém, só o ser humano, que também é objeto, tem a capacidade de se perceber enquanto parte do mundo e, a partir disso, poder refletir sobre o mesmo e sobre si próprio. De certo, o ser humano é fenômeno, mas por outro lado também é um ser inteligível, pois é um ser livre de coação e sua ação nunca pode ser determinada por móveis da sensibilidade. Neste ponto, esclarece-se duas faculdades distintas: o entendimento e a razão. A razão é totalmente diferente de todas as forças da natureza, pois examina os seus objetos apenas segundo ideias e, determinando assim, a partir do entendimento que faz uso empírico dos seus conceitos que também são puros.

Ora, se a relação de causa e efeito é uma lei da natureza, então também é uma lei do entendimento. De outro modo, nunca podemos desviar-nos, pois poderemos excluir toda a experiência possível. Como esclareceu Kant (2001, p. 469), se admitirmos o lado do realismo transcendental, nem a natureza nem a liberdade nos restam. Segundo Kant, a pergunta problema é:

[...] se podermos saber se, reconhecendo na série completa de todos os acontecimentos somente a pura necessidade natural, será possível ainda considerar esta necessidade, por um lado, apenas como efeito natural, por outro lado, como efeito produzido pela liberdade, ou se entre estas duas espécies de causalidade há uma contradição estrita. Kant (2001, p. 469)

De fato, do lado do mundo fenomênico, não há nada que por si possa iniciar, em absoluto, uma série. Tudo que acontece no mundo é só um encadeamento das relações de causa e efeito, não há nenhuma possibilidade de se esperar da relação causal dos fenômenos uma ação originária pela qual aconteça algo que antes não era.

Mas, será possível, embora todo efeito do fenômeno esteja ligado a sua causa segundo as leis empíricas e, sem nenhum modo romper a regra da lei da natureza possa ser o efeito de uma causalidade não empírica, mas inteligível? A pergunta que Kant se debruça é, a saber, se seria possível pensar uma causa inteligível para iniciar uma ação totalmente livre, e o resultado dessa ação livre estar em total acordo com o encadeamento da série dos fenômenos. Ora, se o que determina a ação nunca é totalmente empírico, mas antes se assenta em princípios do entendimento, e, mesmo assim, a ação dos fenômenos dessas causas provenientes do entendimento está de acordo com as leis da natureza.

Neste ponto, elucida-se que o ser humano também é um ser empírico e está inserido em leis da natureza, porém é capaz de se autodeterminar e seguir suas próprias leis, as quais não tem nada de empírico, pois são incondicionadas e se encontram no domínio da razão.

Portanto, esclarece-se que o ser humano possui uma causalidade independente da causalidade da natureza, que apesar de iniciar uma série de acontecimentos espontaneamente e, mesmo sua comprovação ser impossível, seus efeitos enquanto fenômenos se encaixam corretamente nas leis e regras do mundo mecânico, apesar de sua espontaneidade nunca poder ser comprovada, pois ultrapassa os limites do conhecimento humano.

Como termina Kant (2001, p. 478), podemos apenas mostrar que a terceira antinomia se assenta em mera aparência, e que a natureza pelo menos não está em conflito com a causalidade pela liberdade.

4 LIBERDADE TRANSCENDENTAL

A razão é a única fonte de proposições universais e necessárias. De fato, possuímos conhecimentos *a priori*, o próprio espaço é um exemplo disto. Porém, nem todos os nossos conhecimentos *a priori* têm o mesmo valor. Na parte intitulada *A Dialética transcendental*, desenrola-se a proposta de Kant sobre a liberdade. O pensador prussiano detalha ponto a ponto o caminho para saber o que seria essa tal liberdade. Vejamos a seguir como ocorre esse empreendimento.

A Dialética é uma lógica da aparência, em oposição à Analítica, que é uma lógica da verdade. O pensador enumera vários tipos de aparência. Mas o pensador prussiano distingue as aparências empíricas e lógicas da ilusão transcendental, pois as primeiras facilmente são vencidas, já a segunda, ilusão transcendental, é muito mais persistente:

[...] ela não cessa com ter sido descoberta e com se haver reconhecido claramente a sua inanidade pela crítica transcendental. (Por exemplo, a aparência contida na proposição: o mundo deve ter um começo no tempo.) A causa disso é que há em nossa razão (considerada subjetivamente, isto é, como faculdade de conhecimento do homem) certas regras fundamentais e máximas referentes ao seu uso, as quais têm a exata aparência de princípios objetivos, fazendo com que a necessidade subjetiva de uma certa ligação dos nossos conceitos, exigida pelo entendimento, passe por uma necessidade objetiva da determinação das coisas em si (Kant, 2001, p.297).

O que ocorre é uma ilusão natural e inevitável da razão. Não adianta nada somente acusá-la para que desapareça, pois faz parte de uma exigência irrefreável da cognição humana. Desse modo, *A Dialética transcendental* vai se ocupar em estudar o porquê dessas ilusões e quais são suas fontes.

Essa sede pela aparência transcendental é a própria *razão pura*. Cabe, neste ponto, analisar a distinção da razão pura e o entendimento. De fato, a sensibilidade é a faculdade das intuições, e o entendimento, a faculdade das regras; a razão é a faculdade do incondicionado, ou seja, dos princípios:

Todo conhecimento começa pelos sentidos, onde passa ao entendimento, para terminar na razão, acima da qual nada há em nós de mais elevado, para elaborar a matéria da intuição e reduzi-la à mais alta unidade do pensamento (Kant, 2001, p. 298).

Desse modo, todo o pensamento compõe-se em ligar e unificar, é assim que funciona a cognição humana. Os conceitos do entendimento comprimem a

multiplicidade oriunda da intuição sensível operando segundo regras. Mas, é importante notar que a unidade que o entendimento alcança nunca ultrapassa o encadeamento dos fatos. A razão toma essas regras como ponto inicial para alcançar uma unidade mais elevada, ultrapassando o entendimento, a saber, os princípios. Desse modo, raciocinar é julgar não as representações, mas as proposições: é ir mais longe em direção à unidade do que o entendimento pode alcançar. Com isso, em seu uso lógico, a razão pura é a busca pelo incondicionado, que nada mais é que a condição última de todas as condições.

Sabendo-se como a razão funciona, devem-se distinguir os conceitos das ideias. O conceito é uma ligação da multiplicidade dada na intuição sensível; a ideia vai além da experiência sensorial, é uma imposição dos nossos conceitos. Como a razão não se satisfaz com o mundo empírico, ela tenta a todo custo representar o universo como um todo acabado. É importante citar que: a razão, com suas ideias, não apreende nenhum objeto, mas almeja ir incansavelmente além das suas sínteses empíricas, sem jamais se dar por satisfeito com os conceitos, visto que eles têm por origem o entendimento, e este é um conhecimento limitado.

Como supracitado, a razão incansavelmente tenta buscar o incondicionado. Deve-se, neste ponto, investigar qual o resultado desse esforço da razão, bem como, saber que ideias são essas que a razão pura não pode deixar de formar.

Os conceitos puros e transcendentais só podem ser provenientes do entendimento (Kant, 2001, p. 380). Kant, assim, anuncia o papel da razão que é o de libertar o conceito do entendimento das limitações da experiência possível (Kant, 2001, p. 381).

Vê-se um fator importante para poder entender o funcionamento lógico da cognição humana em sua completude. Ora, como desde a Analítica já se sabe, todo o conhecimento se inicia na experiência, daí o entendimento através de suas categorias, reduz a multiplicidade da natureza a conceitos e, trabalhando somente com esses conceitos, a razão não poderá assim dizer algo sobre um fenômeno dado. O que acontece é que o próprio entendimento, que como um ímã, a razão expande os conceitos do entendimento para além do domínio empírico. Isto acontece, pois a razão tem por objetivo a totalidade absoluta da série das condições de um condicionado dado, e faz das categorias, ideias transcendentais para dar à síntese uma integridade absoluta da série, caminhando sempre em direção ao incondicionado, e este só é atingido enquanto ideia, não na natureza.

Expuseram-se os limites do conhecimento possível, do qual foi tratado por Kant na Analítica transcendental delimitando todo o conhecimento ao mundo dos sentidos. Portanto, a razão só pode afirmar algo daquilo que passa antes pelos sentidos. Desse modo, é impossível conhecer, dizer algo da ideia da liberdade, pois ela foge da cerca que o mundo da natureza impõe, uma vez que a liberdade é totalmente incondicionada; sendo assim, impossível a comprovação objetiva da realidade empírica.

Esclareceu-se que na filosofia transcendental kantiana existem duas esferas distintas, o campo do incondicionado, ou razão pura, e o campo da sensibilidade, da experiência, do condicionado. Como conciliar os campos de pesquisas tão distintos? Importante também é analisar as possibilidades de conceitos puros *a priori* em concordância com o mundo fenomênico, já que este só admite algo que tenha passado pelo entendimento e um conceito *a priori* foge às suas leis, pois é totalmente incondicionado.

4.1 A origem da ideia transcendental da liberdade

A liberdade é uma ideia transcendental e sua origem encontra-se no entendimento puro, onde a razão tem, por exigência, que obter a totalidade absoluta da série empírica, porém nada se pode afirmar sobre a mesma. Ora, se a razão nada pode afirmar sobre a liberdade, porque será que ela surge, será que se pode simplesmente eliminá-la? Kant diz que é impossível sua eliminação, pois a ideia da liberdade referente à cosmologia racional é da própria natureza da razão; portanto, é impossível sua completa eliminação. Assim como acontece com a liberdade, as ideias de Deus e alma sempre atormentarão a razão humana.

A dialética transcendental deverá, pois, contentar-se com descobrir a aparência dos juízos transcendentais, evitando ao mesmo tempo que essa aparência nos engane; mas nunca alcançará que essa aparência desapareça. Pois trata-se de uma ilusão natural e inevitável, assente, aliás, em princípios subjetivos, que apresenta como objetivos [...]. [...] a razão humana, descoberta a ilusão, não deixará de lhe apresentar miragens e lançá-las em erros momentâneos que terão de ser sempre eliminados (Kant, 2001, p. 298).

Como visto no capítulo anterior, a ideia da liberdade surge no contexto da terceira antinomia da razão como uma espontaneidade absoluta, capaz de iniciar por

si uma série totalmente incondicionada, ultrapassando os limites impostos pelas leis naturais a respeito do que se pode conhecer.

Na prova da tese da terceira antinomia, Kant esclarece que a lei da natureza consiste precisamente em nada acontecer sem uma causa suficiente determinada *a priori* (Kant, 2001, p. 406). Dado um condicionado, a totalidade da série regressiva também é dada *a priori*. Desse modo, de acordo com Kant, a proposição, segundo a qual toda causalidade só é possível segundo as leis naturais, contradiz em si mesma na sua universalidade ilimitada (Kant, 2001, p. 406).

A antítese refuta esta proposição afirmando o campo do conhecimento como único possível de obter-se realidade objetiva. Como a liberdade transcendental é totalmente incondicionada, ou seja, não passou pelos mecanismos entre sensibilidade e entendimento, fica impossível sua comprovação objetiva, portanto insuficiente sua validação. Assim, a liberdade transcendental é contrária à lei de causalidade. Não é possível uma unidade da experiência se não se encontra, pois em qualquer experiência, é um ser vazio da razão (Kant, 2001, p. 407).

Tem-se, neste ponto, o arcabouço em que a liberdade se encontra. Por um lado, possui uma irrefreável aparência de se valer de juízos subjetivos serem objetivos, por outro, uma dificuldade de se tornar efetiva em sintonia com o determinismo das leis da natureza.

No capítulo intitulado *Observação sobre a terceira antinomia*, Kant, através da tese, contesta a antítese em sua possível falha ou podemos chamar de uma “brecha” existente no mundo das leis empíricas. A “brecha” seria quanto à causalidade de um objeto dado. Segundo Kant, a própria lei natural não explica de forma clara a regressão da série empírica de forma eficiente.

Somos obrigados a nos contentar com reconhecer *a priori* uma causalidade desse gênero tem que ser pressuposta, embora não possamos de modo algum conceber como seja possível que, mediante determinada existência, se ponha a existência doutra coisa, pelo que temos que ater-nos simplesmente à experiência (Kant, 2001, p. 409-410).

Desse modo, a liberdade surge como indispensável para a compreensão da totalidade das condições de uma série empírica, pois como provado por Kant é falha. Mesmo assim, tentando comprovar sua objetividade, Kant afirma que a liberdade fica incompreendida em si mesma Kant (2001, p. 410).

A problemática apresentada por Kant nesta parte da obra é que, em acordo com o mundo dos sentidos, uma série de estados anteriores só se efetiva em função de só admitir um começo primeiro das coisas; por isso, a problemática da ideia da liberdade em conjunto com as leis naturais.

Neste ponto, Kant esboça uma possível solução para o problema. Segundo ele, não se trata de um começo pela liberdade em sentido cronológico, mas sim quanto à causalidade (Kant, 2001, p. 410). Ele complementa essa possível possibilidade com o exemplo a seguir:

Quando agora (por exemplo) me levanto da cadeira, completamente livre e sem a influência necessariamente determinante de causas naturais, até o infinito, inicia-se absolutamente uma nova série, embora quanto ao tempo seja apenas a continuação de uma série precedente (Kant, 2001, p. 410).

O ocorrido, enquanto efeito, certamente é a sucessão de causas naturais, mas de modo algum se origina nelas. Pode-se, assim, ser considerada a possibilidade de uma liberdade enquanto a causalidade e não ao tempo.

4.2 Possível solução para a liberdade transcendental em acordo com o determinismo da natureza

Kant tenta encontrar maneiras de fundamentar a liberdade em acordo com as leis naturais, porém, admitir precocemente sua objetividade empírica, parece ainda um tanto prematuro, pois admiti-la fere e embaraça, pelo menos, até então, a ordem natural das coisas.

Esclarece-se o empreendimento que a razão faz para achar uma resposta ou uma possibilidade das ideias transcendentais em acordo com a natureza. De fato, as próprias leis da natureza têm dificuldade – algumas sem solução – mas, ainda assim, somos levados a considerá-las, mesmo sem nada poder dizer sobre a mesma.

Diferente dos conceitos da razão, a solução das mesmas é uma imposição da própria razão, pois é também como ela age naturalmente; por isso, a dificuldade de encontrar uma resposta para tais ideias em concordância com a lei fenomênica.

Se tomarmos em consideração a psicologia racional, referente ao conceito de alma, a problemática é mais fácil, pois tal empreendimento não tem por fundamento a demonstração empírica do objeto, uma vez que a psicologia transcendental se

volta somente ao sujeito transcendental, aos fenômenos internos que, certamente, não são fenômenos.

Portanto, a não resposta de uma pergunta sobre algo que não é dado como objeto da realidade, não cabe resposta sobre algo que não é dado como objeto na realidade, não cabe resposta acerca do que não se pode apreender. Somente as ideias cosmológicas têm a particularidade de poderem supor, com dados, o seu objeto e a síntese empírica que exige o conceito desse objeto (CRP, B 506). O problema é somente no progresso da síntese, contendo a totalidade absoluta da série.

A resposta à questão cosmológica transcendental é única e exclusivamente um problema da ideia de uma síntese empírica que deverá simplesmente aproximar-se (CRP, B 508).

Ora, se a ideia da liberdade é um conceito puro da razão, sua solução encontra-se somente na ideia, pois a própria razão não poderá nunca negar sua resposta dizendo que não compreende a problemática.

Depois de todas as dificuldades encontradas por Kant e neste trabalho expostas, o autor vai tratar de uma possível chave para sua solução. No capítulo *O idealismo transcendental chave da solução da dialética cosmológica*, Kant atribui ao Idealismo transcendental a chave para o impasse entre as duas esferas.

Segundo o filósofo prussiano,

Na Estética Transcendental demonstramos suficientemente que tudo o que se intui no espaço ou no tempo e, por conseguinte, todos os objetos de uma experiência possível para nós, são apenas fenômenos, isto é, meras representações que, tal como as representamos enquanto seres extensos ou séries de mudanças, não têm fora dos nossos pensamentos existência fundamentada em si. A esta doutrina chamo eu de idealismo transcendental (Kant, 2001, p. 437).

Em contraposição, o realismo transcendental faz de simples representações em si (CRP, B 519).

O idealismo transcendental é nada mais que o método seguido por Kant desde o começo da crítica. Segui-lo é fundamental para manter o fio condutor de sua teoria, do contrário, toda sua filosofia estaria fadada ao erro. O realista admite os fenômenos como algo dado por si mesmo, sem passar pelo entendimento; desse modo, não poderíamos conhecer o mundo, pois o conhecimento de algo só surge se, e somente se, existir a intuição de algo.

Ora, o próprio espaço e tempo são exemplos deste empreendimento. Estas duas intuições só existem na cognição humana, ou seja, no entendimento, tornando possíveis as representações dos fenômenos. As intuições de espaço e tempo são internas, não são em si mesmas, existem dentro do espírito que possibilita toda a estrutura do conhecimento possível, pois, se fosse diferente, a saber, os fenômenos tratados como coisas em si, nada poderíamos dizer do mundo.

Este fio do idealismo é a chave ou o método seguro para se avançar na busca da solução da ideia da liberdade que, mesmo sem ser comprovada objetivamente, segue a regra dada no empreendimento da filosofia transcendental kantiana. No capítulo sobre o idealismo transcendental, Kant argumenta que, para resolver os problemas da dialética cosmológica, é crucial adotar sua teoria do idealismo transcendental. Ele acredita que muitas das questões e contradições da metafísica se devem ao fato de que estamos tentando entender o mundo além da nossa capacidade de conhecimento. Ao reconhecer que só podemos conhecer as coisas como elas aparecem para nós, e não como elas são em si mesmas, podemos evitar as ilusões metafísicas e as contradições que surgem quando a razão tenta ultrapassar esses limites. Portanto, obedecer ao caminho para um conhecimento seguro é que possibilitará uma possível solução para a ideia da liberdade.

Segundo Kant, só existem duas espécies de causalidade: a causalidade segundo a natureza ou a causalidade sobre a liberdade (CRP, B 560).

Se a liberdade em sentido cosmológico é a faculdade de iniciar por si um estado, cuja causalidade não esteja subordinada segundo a lei natural (CRP B 561), a liberdade é uma ideia transcendental, ou seja, nada contém da experiência, apesar de, a todo o tempo, tentar comprovar seu efeito no mundo dos sentidos, mesmo fugindo da possibilidade de podermos dizer algo sobre a mesma, pois é totalmente incondicionada. O conceito de transcendental remete à totalidade da série das condições na relação causal; desse modo, a razão cria esta ideia que é totalmente espontânea para obter-se, assim, a totalidade absoluta da série.

A ideia da liberdade transcendental se fundamenta no conceito prático da mesma (CRP, B 561), pois a liberdade enquanto ação referente à causalidade tem seu efeito representado no tempo em total acordo com o tempo da experiência no mundo dos sentidos.

O sujeito transcendental possui um conceito empírico e, ao mesmo tempo, também um conceito intelectual (inteligível) da sua causalidade, que tem lugar num só e mesmo efeito, o que não causa qualquer contradição (CRP, B 566).

Como foi exposto no capítulo anterior, o arbítrio humano é *sensitivum* e, ao mesmo tempo, *liberum*; é sensível, pois é afetado empiricamente, mas *liberum*, pois pode determinar-se independente da coação natural imposta pelas leis empíricas. Se assim não fosse, o sujeito seria igual a todos os outros seres no mundo, teria apenas um arbítrio *brutum*, agiria somente em acordo com a lei da natureza.

Portanto, a ideia de uma liberdade é de fundamental importância para solucionar a desordem que permanecia nas teorias metafísicas anteriores. Porém, o empreendimento que Kant desenvolveu é importantíssimo para a solução do problema. De fato, a lei natural tem que ser admitida com rigor, pois é o fundamento de possibilidade de toda a experiência. Solucionando esta problemática através do filtro da filosofia crítica, Kant coloca uma pedra na metafísica anterior que tratava as ideias transcendentais como equivocadamente objetivas, o que esclarece a sua impossibilidade na crítica.

A liberdade transcendental é nada mais que um alargamento do entendimento puro e tem por objetivo a totalidade da série das condições, algo que anteriormente estava entreaberto nas teorias anteriores, haja vista a sua comprovação limitada sobre o tema.

Por fim, Kant em sua crítica da razão levou até o limite das consequências o seu empreendimento na comprovação da liberdade, até então interpretada de forma errada, ou até mesmo de má fé por alguns metafísicos. Sendo a ideia transcendental da liberdade uma exigência da própria natureza da razão, a crítica kantiana é extremamente importante para fundamentar uma filosofia com bases sólidas.

Kant vai além do conhecimento possível para se perguntar o porquê de nós termos, enquanto humanos, a ideia da liberdade, visto que nada pode ser dito da mesma poder fundamentar os objetos no mundo real.

A liberdade não surge por acaso ou delírio, surge no próprio mecanismo do entendimento que, através dos seus conceitos oriundos da multiplicidade dos fenômenos e suas representações, a razão os transforma em princípios para, justamente tentar fundamentar os objetos da experiência em seu mais alto grau referente a totalidade das condições, sendo, antes de tudo, uma característica natural da razão humana. Porém, essa característica da razão pura acerca do

conhecimento não impõe regra alguma ao mundo fenomênico, e tem por função somente regulá-lo através de imperativos e, no caso da liberdade, a representação objetiva de suas ações.

Mas, se a ideia transcendental da liberdade é transcendente aos limites da experiência possível, se não se pode dizer nada sobre ela no mundo real, será o porquê desse possível erro? Será que se deve apenas ignorá-la? A resposta é não! A ideia transcendental da liberdade serve para dar completude, mesmo que logicamente, ao entendimento das intuições sensíveis e esta é uma característica primordial da razão arquetônica, ou seja, dar ao condicionado algo que o fundamente totalmente incondicionado, algo que não tem nada de experiência, algo *a priori*.

Ademais, já que a liberdade não tem caráter objetivo, elas não surgem à toa, servem unicamente de princípio regulador para as ações objetivas, ou seja, ditam como o ser humano deverá se portar mesmo diante da imposição dos móveis da sensibilidade e, assim, poder agir de maneira diferente das impostas, servem como fundamento para uma harmonia consigo mesma, já que para a razão nada pode ser imputado, ela mesma que se autorregula.

Dito isto, o próprio Kant ousou saber, foi até os campos, à primeira vista inférteis, dos conceitos puros e os tratou para se tornarem produtivos, assim como o campo do conhecimento dentro do seu limite, visto que, através da proposta crítica teve seu êxito, para só então fundamentar sua filosofia.

Desse modo, vê-se a capacidade da cognição humana de conter sofismas, antinomias, paralogismos, à primeira vista sem respostas, aclarar seu uso para, só assim, a cognição humana poder resolvê-las.

Por fim, a crítica da razão pura é um convite ao conhecimento verdadeiro ao molde kantiano, às resoluções das dificuldades próprias da razão, mas sem deixar de lado o fio condutor de todo conhecimento possível, é uma tarefa árdua, mas, por fim, se torna satisfatória poder ultrapassar limites impostos por si próprio e solucioná-los através da autocrítica da própria razão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema sobre “A Liberdade Transcendental na terceira Antinomia da Crítica da Razão Pura de Kant”, buscou apresentar a problemática relativa à liberdade em acordo com as leis do mundo fenomênico. A consideração da filosofia crítica kantiana mostrou a importância dada pelo autor à um esclarecimento referente às ideias transcendentais detalhando sua importância nos âmbitos teórico e prático.

A análise da crítica kantiana à toda metafísica anterior nos faz ver que o autor propõe não o fim da metafísica, mas passa-la pelo filtro da crítica para dar luz as ideias transcendentais, (Alma, Liberdade e Deus) bem como esclarecer equívocos anteriores sobre o tema.

Trata-se de um projeto audaz e perspicaz para o entendimento da cognição humana e sua relação com as leis naturais.

A metafísica anterior a Kant, tratava as ideias transcendentais, ideias estas que fazem parte da esfera subjetiva, como ideias dotadas de realidade objetiva, ou seja, poderiam ser provadas na realidade. Kant e sua crítica da própria razão, e desvenda os mitos e equívocos dos filósofos que o antecederam os criticando de forma exemplar e solucionando os problemas decorrentes desde mau uso dessas ideias.

Desse modo, critica a própria razão por suas questões dialéticas, questões essas que são naturais da razão, para só assim chegar a um método seguro da relação entre teoria e prática.

Como se viu, neste trabalho, a problemática da ideia da liberdade em concordância com as leis naturais é ampla e atravessa variados conceitos de modo que não tivemos a pretensão de esgotar o tema proposto. Isto, no entanto, enseja a continuidade da pesquisa, bem como o alargamento do escopo original do trabalho. Portanto, o presente trabalho buscou dar uma pequena contribuição à discussão acerca do pensamento de Immanuel Kant no que concerne à sua perspectiva da tensão entre a ideia da liberdade e as leis do mundo natural.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Paulo. **A ciência moderna e o método experimental**. In: Imagens de natureza, imagens de ciência, cap. 2. Campinas, SP: Papirus, 1998.

COPLESTON, Frederick. **Historia de la filosofia. Volumen 3: De la filosofia kantiana al idealismo**. Traducción de Manuel Sacristán & Ana Domènech. Barcelona, ES: Editorial Ariel, 2011.

CRAMPE-CASNABET. **Kant – Uma revolução filosófica**. Tradução de Lucy Magalhães. RJ: Jorge Zahar Editora, 1994.

DEKENS, Olivier. **Compreender Kant**. Tradução de Paulo Silva. São Paulo: Loyola, 2012.

HÖFFE, Otfried. **Kant Crítica da Razão Pura: os fundamentos da filosofia moderna**. Tradução de Roberto Hofmeister. São Paulo: Loyola, 2013.

KANT, Immanuel. **A Metafísica dos costumes**. Tradução de Edson Bini. São Paulo: EDIPRO, 2003.

_____. **Crítica da Razão Pura**. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 5º ed. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

_____. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. In: *Crítica da razão pura e outros textos filosóficos. Coleção os pensadores*. Tradução de Paulo Quintela. Edição: Victor Civita. 1ª ed. [S. l.]. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

_____. **Prolegômenos a toda metafísica futura que possa apresentar-se como ciência**. In: *Crítica da razão pura e outros textos filosóficos. Coleção os pensadores*. Edição: Victor Civita. 1ª ed. [S. l.]. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

LEBRUN, Gérard. **Kant e o Fim da Metafísica**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MORUJÃO, Alexandre F. **Introdução e Notas**. In: *Crítica da Razão Pura/KANT, I*. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 5º ed. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

PASCAL, Georges. **Compreender Kant**. Introdução e Tradução de Raimundo Vier. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

THOUARD, Denis. **Kant**. Tradução de Tessa Moura Lacerda. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

ZÖLLER, Gunter. **Crítica: Conhecimento e Metafísica**. Tradução: Fábio Creder. In: Immanuel Kant: conceitos fundamentais. (Org.) Dudley, Will & Engelhard, Kristina. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020, p. 27- 45.